

CULTURA

Futuro incerto para o portal *Memórias de África e do Oriente*

Criado há 23 anos com o apoio da Fundação Portugal-África, esta base de dados que reúne centenas de milhares de documentos recolhidos em bibliotecas e arquivos de vários países lusófonos não é actualizada desde 2018

História Lucinda Canelas

O investimento de Portugal na área de conteúdos digitais de interesse cultural e histórico é medíocre quando comparado com o de outros Estados europeus e é por isso que o país não se pode dar ao luxo de perder o portal *Memórias de África e do Oriente*, que nos últimos 23 anos tem disponibilizado centenas de milhares de documentos e referências bibliográficas a todos os que se interessam pela história da expansão e dos antigos territórios coloniais portugueses.

É por este e por outros motivos que, constatando que o portal não é actualizado há já “muitos meses”, Pedro Aires Oliveira, professor da Universidade Nova de Lisboa e coordenador do seu Instituto de História Contemporânea, resolveu escrever à Fundação Portugal-África, que desde a primeira hora apoiou este projecto desenvolvido e mantido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (conhecido por Cesa) da Universidade de Lisboa, manifestando a sua preocupação.

A carta que o classifica como uma “ferramenta de valor inestimável” é dirigida à presidente da Fundação Portugal-África, Celeste Hagatong, e assinada por 79 investigadores portugueses e estrangeiros, de países como Brasil, Moçambique, Angola, Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. É nela que manifestam a sua “aprensão relativamente a uma possível descontinuidade” do apoio da instituição a este portal, que, dizem, tem vindo a disponibilizar “inúmeras colecções de difícil acesso, mesmo em arquivos e bibliotecas públicas”, revelando-se uma “iniciativa de enorme mérito no domínio da preservação e divulgação de um património fundamental para a construção da história de Portugal e dos Países de Língua Oficial Portuguesa (e até da Índia)”.

“Portugal é muito deficitário na digitalização de fontes documentais,

ficando muito atrás de outros países da União Europeia e é por isso que a possibilidade de ver este portal congelado, ou mesmo acabar, é para nós tão preocupante”, diz ao PÚBLICO Pedro Aires Oliveira, chamando a atenção para a “indefinição” em que está outra importante ferramenta informativa de grande utilidade para quem estuda o período colonial, o portal *Casa Comum*, da Fundação Mário Soares. “A maioria das instituições públicas no nosso país não tem recursos financeiros nem humanos para fazer uma digitalização sistemática dos seus fundos e portais como estes têm um papel fundamental na preservação da memória”, continua este académico, co-autor de *História da Expansão e do Império Português* (Esfera dos Livros, 2014).

Dez mil utilizadores por mês

De acordo com Joaquim Sousa Pinto, responsável técnico pelo *Memórias de África e do Oriente* há cerca de 20 anos, o portal não é actualizado desde 6 de Maio de 2018, dia em que este professor da Universidade de Aveiro introduziu os últimos registos neste site que reúne milhares de páginas digitalizadas. Entre elas estão, por exemplo, as colecções do *Boletim da Agência Geral das Colónias/do Ultramar*, publicação de propaganda colonial que investigadores como Aires Oliveira e Cláudia Castelo, do Centro de Estudos Sociais da Universidade



Temos 6500 registos prontos a serem submetidos, contanto que possamos pagar a quem os preparou

Carlos Sangreman
Coordenador do projecto

de Coimbra, tanto têm consultado.

“Mesmo com o portal parado, sem coisas novas, continuou a ter uma média de dez mil utilizadores por mês em 2018 e 2019, um número que deverá descer ligeiramente este ano. Tem havido até um aumento de pedidos de investigadores brasileiros desde que o Museu Nacional do Rio de Janeiro ardeu”, precisa Joaquim Sousa Pinto, fazendo referência às estatísticas de consulta de que dispõe, via Google Analytics.

A um ritmo quase diário chegam pedidos de consulta à Biblioteca da Universidade de Aveiro que para ali foram direccionados pela navegação no portal que a Fundação Portugal-África criou em 1997, garante Carlos Sangreman, antigo professor da casa e hoje investigador do Cesa. Coordena o projecto há 20 anos e diz que o portal se mantém em funcionamento, mas, sem actualizações, está condenado à irrelevância.

“A fundação investiu cerca de meio milhão de euros neste projecto. Foi com esse dinheiro que foi feita, por exemplo, a formação de pessoal capaz de digitalizar e referenciar fundos nos arquivos e bibliotecas centrais de países como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique... Mas desde que o dr. Mário Soares [presidente da fundação até 2017] morreu, parece que não há dinheiro nem vontade para dar continuidade ao projecto”, assegura este economista que se tem dedicado à investigação nas áreas da cooperação e dos estudos africanos.

Sangreman garante que o portal, instalado no servidor da Universidade de Aveiro, continuará activo e que responderá a todos os pedidos e dúvidas que lhe chegarem “dentro da medida do possível”, mas pede uma clarificação por parte da Fundação Portugal-África quanto ao futuro desta ferramenta.

“Quando procurei esclarecimentos junto da fundação, foi-me dito que o problema era financeiro, já que o rendimento do seu património era bastante fraco há já vários anos”, explica, lembrando em seguida que o portal



teve, também, apoios pontuais de outras entidades como a Caixa Geral de Depósitos e o Instituto Camões.

Fonte da Fundação Portugal-África que preferiu não ser identificada reconheceu ao PÚBLICO que, além do problema financeiro, há também uma indefinição na própria estrutura. A actual presidente está à espera de ser substituída desde 2018, estando prevista para Julho uma assembleia geral de onde deverão sair os novos órgãos sociais.

“Serão os novos responsáveis a decidir o futuro de todos os projectos em que a fundação está envolvida”, afirmou a mesma fonte. “É preciso dizer, no entanto, que o portal não foi chumbado, está apenas suspenso. A nova administração fará a avaliação que quiser e agirá de acordo com essa avaliação. Também é preciso dizer que esta fundação é de direito privado, tem cerca de 90% de capitais privados e não tem qualquer



apoio regular do Estado. Vive exclusivamente do seu portefólio financeiro, que tem hoje uma taxa de rendimento muitíssimo inferior à que tinha há dez anos.”



A sua estagnação deixará o portal incompleto no que respeita à tradição de estudos sobre o colonialismo português

Pedro Cardim
Investigador

“Neste momento, temos 6500 registos prontos a serem submetidos na base de dados, contanto que possamos pagar a quem os preparou”, continua Carlos Sangreman.

Difícil de substituir

Ao proporcionar uma pesquisa centralizada à documentação existente, dispersa por bibliotecas e arquivos de vários países, e a um enorme volume de espécies digitalizadas, este portal torna mais rápido o acesso dos investigadores à informação.

“Esta pandemia, com o encerramento de arquivos e bibliotecas por meses, tornou o acesso a tais conteúdos ainda mais relevante, eu diria mesmo que urgente”, sublinha o director do Instituto de História Contemporânea da Nova. “Estas fontes digitais permitiam que estudantes de licenciatura e mestrado pudessem realizar não apenas trabalhos de síntese bibliográfica, mas também de análise e interpretação de fontes históricas. Já para não falar dos estudantes e investigadores que noutros países se habituaram a valorizar este portal de acesso livre.”

Francisco Bethencourt, historiador e autor de *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX* (2015), está entre os investigadores a trabalhar no estrangeiro que consultam o *Memórias de África e do Oriente*. Assinou a carta “por solidariedade” e porque, embora não seja dos mais assíduos, é utilizador. Professor do King’s College de Londres, Bethencourt reconhece que o portal tem “boas indicações bibliográficas” e textos e imagens cuja utilidade é reforçada pelo facto de “a digitalização de fontes, sobretudo contemporâneas, não estar suficientemente difundida em Portugal”.

Cláudia Castelo, da Universidade de Coimbra, e Pedro Cardim, professor da Universidade Nova e investigador do seu Centro de Humanidades, estão entre os utilizadores frequentes que assinaram a carta dirigida à presidente da Fundação Portugal-África.

“Há trabalhos académicos e artigos científicos de qualidade realizados fora de Portugal cujo material empírico terá sido em parte consultado no portal”, diz Castelo, investigadora que se tem ocupado, sobretudo, da história do imperialismo e do colonialismo nos séculos XIX e XX, em particular a que envolve a circulação do conhecimento científico nos territórios sob administração portuguesa.

Usa o portal há 20 anos para pesquisar na base de dados bibliográfica que agrega os registos de catálogos de diversas instituições e para consultar publicações periódicas, como o *Boletim Geral das Colónias/do Ultramar*, e colecções da Junta de Investigações do Ultramar, que são disponibilizadas na biblioteca digital.

“Será grave se o portal deixar de existir. Os objectivos do projecto são, de acordo com o que se pode ler no portal, fomentar a cooperação entre os países da lusofonia em geral. Esta conversa torna-se vã se o projecto não continuar a disponibilizar de forma universal, livre e gratuita os registos bibliográficos que recolheu e as publicações que digitalizou”, diz a investigadora, acrescentando que “seria também uma lástima se deixasse de ser actualizado com novos registos das instituições parceiras e de novas entidades (havia a promessa de recolher registos em todos os países africanos de língua portuguesa) e dando continuidade à digitalização de publicações periódicas e colecções raras e/ou muito procuradas, de preferência melhorando o serviço, corrigindo falhas, gerando cópias em PDF e incluindo o reconhecimento óptico de caracteres”, sugere.

Pedro Cardim, que se especializou na história do colonialismo na época moderna, recorre ao portal há uma década e procura nele sobretudo informação bibliográfica sobre os séculos XVI a XVIII.

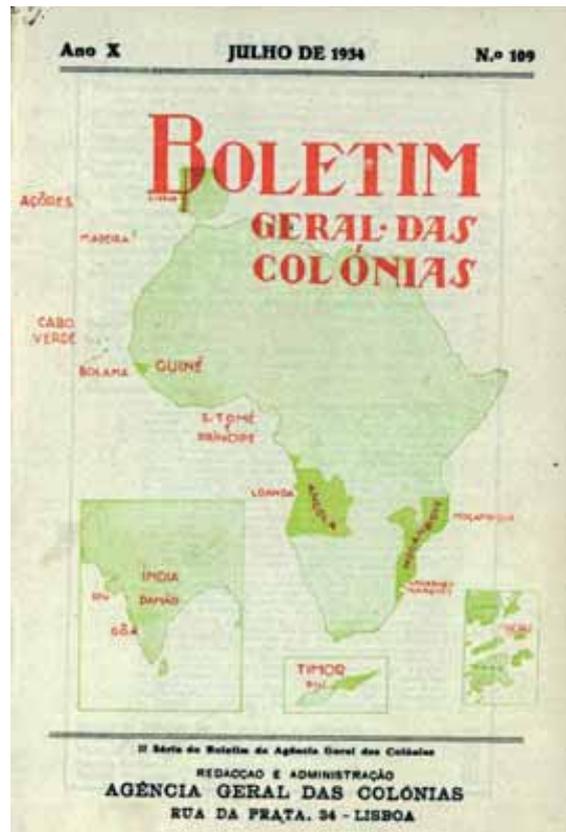
“O portal reúne tanto as obras mais clássicas quanto os estudos mais recentes. Mantê-lo actualizado é, por isso, imprescindível”, defende Cardim, co-autor de *Afonso VI* (Círculo de Leitores, 2006). Para este investigador, o facto de o portal estar orientado para o passado colonial de Portugal torna-o difícil de substituir por outras ferramentas de pesquisa *online*. “A sua estagnação deixará o portal incompleto no que respeita à tradição de estudos sobre o colonialismo português, e desactualizado relativamente à produção científica mais recente sobre este tema. Numa altura em que os estudos sobre o passado colonial de Portugal estão a abrir-se de uma forma mais sistemática aos principais debates internacionais sobre o colonialismo europeu e o pós-colonialismo, a estagnação deste portal produz efeitos muito negativos.”

lcanelas@publico.pt

FOTOS: CORTESIA UNIVERSIDADE DE AVEIRO/FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA



Da esq. para a dir.: viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, São Tomé, Moçambique e Angola; colecções do Boletim da Agência Geral das Colónias/do Ultramar, publicação de propaganda colonial; peça de teatro em São Tomé e Príncipe, 1975



Criada em 1995 para valorizar os laços históricos entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa através de projectos centrados na cultura e na educação, a

Fundação Portugal-África tem no BPI o seu principal pilar (este banco tem 47,7% do capital fundacional), embora tenha outras seis instituições financeiras entre os seus fundadores, assim

como universidades e centros de investigação, institutos estatais, as autarquias de Lisboa e Porto e mais de 20 empresas, entre elas a Galp, a Cimpor e a EDP.